



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
BACHARELADO EM FARMÁCIA**

MARCOS RANGEL DOS SANTOS BRANCHES

**PERFIL DO CURSO DE FARMÁCIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO
NORDESTE DO BRASIL**

**SANTARÉM-PA
2023**

MARCOS RANGEL DOS SANTOS BRANCHES

**PERFIL DO CURSO DE FARMÁCIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO
NORDESTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Oeste do Pará, apresentado em forma de artigo como critério avaliativo em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Alexandre da Silva.

**SANTARÉM-PA
2023**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-6766 / Email: secacad.isco@gmail.com

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2023, às 15 horas, foi convocada e formada a banca examinadora composta de três professores e/ou autoridades nesta Universidade, abaixo nominados, para o exame do trabalho escrito, apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, elaborado pelo acadêmico **Marcos Rangel dos Santos Branches** cujo título é “**Perfil dos cursos de Farmácia das Universidades Federais do nordeste do Brasil.**” Foi concedido o tempo máximo de 20 minutos para o acadêmico fazer a exposição oral do trabalho, atribuindo-se outros 30 minutos para arguições. Após a apresentação foram feitas as arguições ao acadêmico, visando a avaliação e crédito na disciplina. Concluídas as arguições, a banca passou à deliberação sobre a avaliação, considerando os seguintes critérios: Qualidade Técnica do Trabalho; Domínio do Conteúdo; Qualidade na Exposição Oral; Clareza e Coerência dos Objetivos da Pesquisa, Problemática, Métodos e Formas de Intervenção; e Referencial Teórico, Resultados e Bibliografia. Após a deliberação, concluída à presente banca de exame de TCC, trabalho foi considerado:

(X) Aprovado (nota \geq 6,0).

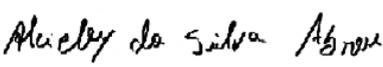
() Reprovado (nota $<$ 6,0).

Professor (a)	Função	Nota (0 a 10)
Alcicley da Silva Abreu	Membro	8,5
Suzete Roberta da Silva	Membro	7,75
	Média	8,12

A entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após defesa.

Assinaturas dos membros da banca

Presidente - 

Membro - 

Membro - 

Santarém, 11 de fevereiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ser grato a Deus, não só pelos fatos positivos, mas a tudo que se faz presente em minha vida.

Agradeço imensamente aos meus pais, Maria Gonçalves e Raimundo, sem vocês eu nada seria.

Agradeço ao meu orientador Dr. Bruno Alexandre da Silva por todas as orientações no andamento do trabalho e por todas as correções que me fizeram aprender cada vez mais com esse projeto.

E aos amigos e familiares que ao longo da minha carreira acadêmica me apoiaram em todos os momentos dando forças para vencer essa etapa da minha vida.

RESUMO

Como parte de uma pesquisa mais ampla a respeito da presença do curso de Farmácia nas instituições federais de ensino superior brasileiras na Web, realizou-se uma análise do curso de Farmácia das universidades da região Nordeste do país, na qual foram realizadas buscas no cadastro de IES, disponível no site do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e utilização da plataforma CNPq para análises de docentes. O objetivo foi investigar o perfil dos cursos de farmácia das universidades federais do nordeste do Brasil no que se refere aos seus alinhamentos pedagógicos às diretrizes curriculares nacionais vigentes, avaliar as conformidades das grades curriculares com as perspectivas de formação farmacêutica das DCNs de 2002 e 2017 e evidenciar o panorama e contribuições da docência à formação conferida pelos cursos de Graduação em Farmácia da região. Através dos resultados obtidos pode-se inferir então que a formação no Nordeste ainda retrata um quadro que se estrutura em padrão mais tradicional. Portanto, conclui-se que faça avaliações e refletir sobre o cenário pedagógico do curso de farmácia na região dentro do contexto sobre as diretrizes curriculares nacionais vigentes.

Palavras Chaves: Farmácia, Universidade, Nordeste.

ABSTRACT

As part of a broader survey regarding the presence of the Pharmacy course at Brazilian federal institutions of higher education on the Web, an analysis was carried out of the Pharmacy course at universities in the Northeast region of the country, in which searches were carried out in the register of IES, available on the website of the Ministry of Education and Culture (MEC) and use of the CNPq platform for teacher analysis. The objective was to investigate the profile of pharmacy courses at federal universities in northeastern Brazil with regard to their pedagogical alignments with current national curricular guidelines, to evaluate the compliance of the curriculum with the pharmaceutical training perspectives of the DCNs of 2002 and 2017 and highlight the panorama and contributions of teaching to the training provided by undergraduate courses in Pharmacy in the region. Through the results obtained, it can be inferred that training in the Northeast still portrays a framework that is structured in a more traditional pattern. Therefore, it is concluded that evaluations and reflection on the pedagogical scenario of the pharmacy course in the region are carried out within the context of current national curriculum guidelines.

Key words: Pharmacy, University, North East.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	10
2.1. Objetivos geral	10
2.2. Objetivos específicos	11
3. METODOLOGIA	11
4. RESULTADOS	12
5. DISCUSSÃO	17
6. CONCLUSÃO	19
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10

LISTA DE GRÁFICO

Página

Gráfico 1- Média da Carga Horária das Universidades destinadas aos componentes curriculares das “Quatro Grandes Áreas”.....	13
Gráfico 2- Média da Carga Horária das Universidades destinadas aos componentes curriculares dos eixos temáticos.....	13
Gráfico 3- Média da Carga Horária dos componentes curriculares obrigatórios das “Quatro Grandes Áreas”.....	14
Gráfico 4- Média da Carga Horária dos componentes curriculares dos eixos temáticos.....	14
Gráfico 5- Média da Carga Horária dos componentes curriculares optativos ou eletivos das “Quatro Grandes Áreas”.....	15
Gráfico 6- Média da Carga Horária dos componentes curriculares optativos ou eletivos dos eixos temáticos.....	15
Gráfico 7- Ano de Graduação dos Docentes vinculados às universidades estudadas.....	16
Gráfico 8- Ano de doutorado dos docentes vinculados às universidades estudadas.....	16
Gráfico 9- Porcentagem de docentes vinculados às universidades estudadas que possuem especialização no âmbito da educação.....	17

1 - INTRODUÇÃO

A estruturação do ensino superior no Brasil foi influenciada por diversos movimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos ao longo do tempo. Os primeiros esboços de instituições universitárias no país ocorreram de maneira tardia – quando comparados a países como a Espanha, por exemplo – em que se expressava uma resistência de Portugal que se estendeu por todo o período colonial (século XVI a XIX) (CUNHA, 2000).¹

A organização a partir daí se estabeleceu sob a perspectiva de um modelo centrado na intervenção estatal (denominado de modelo napoleônico) que aliado aos desdobramentos de eventos como a Proclamação da República em 1889, reformas educacionais, criação de escolas de ensino superior e universidades de 1891 a 1910, bem como o conseqüente ensejo ao acesso e aumento da demanda, resultou em um processo gradativo de contenção do setor público e ascensão do privado (transformação que evidenciou arranjos mais autônomos e alinhados a um modelo educacional norte-americano) (CUNHA, 2000; MARTINS, 2002; SAMPAIO, 1991; DURHAM, 2003; SCHWARTZMAN, SILVA FILHO, COELHO, 2021).

Nas décadas de 20 e 30 o cenário observado era heterogêneo e, por isso, medidas regulatórias como o Decreto 5.616 de 1928 (destinado ao estabelecimento de regras voltadas a criação de universidades nos Estados) e o Decreto 19.851 de 1931 (que institui o denominado Estatuto das Universidades Brasileiras), visam promover uma ordenação nos processos de consolidação do ensino superior em suas diversas apresentações. As décadas seguintes foram marcadas por movimentos de federalização que fomentaram a criação de mais instituições públicas de ensino superior e, posteriormente, por iniciativas de modernização e descentralização da oferta de ensino

¹ O artigo apresentado foi redigido conforme as diretrizes de submissão da revista EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E SAÚDE (ISSN 2358 - 7504). As normas indicadas para a redação de artigos pela revista estão disponíveis no link: <http://periodicos.ces.ufcg.edu.br/periodicos/index.php/99cienciaeducacaosaude25>

em 1960. Esse panorama possibilitou o avanço da iniciativa privada e o surgimento de uma gama de tipologias de entidades de ensino superior (algumas mais centradas no ensino), de modo a impulsionar a definição de indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão em 1988 pela Constituição Federal (CUNHA, 2000).

Mais adiante, a criação de programas que buscavam viabilizar o acesso como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), foi uma iniciativa que gerou o avanço do domínio privado e priorizou a disposição de cursos – sobretudo das áreas de saúde, educação e engenharias – às “regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando contribuir na correção das desigualdades regionais existentes no país” (p. 31, TACHIBANA, FILHO, KOMATSU, 2015).

No que se refere à profissão farmacêutica, fica evidente que a mesma passou por inúmeras transformações que moldaram seus profissionais de acordo com o cenário da época. Por muito tempo a figura de farmacêutico não era dissociada do médico, foi somente por volta do século XI que os registros apontam haver uma diferenciação entre o profissional que diagnostica as doenças daquele que possui suas funções voltadas para a manipulação dos medicamentos utilizados no tratamento (CRF-SP, 2019). Com efeito, enquanto colônia de Portugal, a prática do cuidado era realizada pelos jesuítas, chamados de boticários, que produziam e armazenavam remédios em “boticas”. Entretanto, em certo momento a prática foi difundida para leigos, que passaram também a ser proprietários desses estabelecimentos, e se fez necessária a adoção de medidas de fiscalização que acabaram não funcionando (CRUZ & SILVA, 2011).

A chegada da coroa ao Brasil é um marco importante para o ensino em saúde, pois a vinda trouxe o estabelecimento do ensino médico, inicialmente, no Hospital Militar da Bahia. Mais tarde, em 1832, Dom Pedro II institucionalizou o ensino farmacêutico e a transição de boticário à farmacêutico trás o alinhamento entre o conhecimento técnico e científico, mas, o curso ainda estava submetido às faculdades de medicina e não era

considerado um ensino secundário, a exemplo da primeira instituição de ensino de farmácia do Brasil, a Escola de farmácia de Ouro Preto, fundada em 1839 no Estado de Minas Gerais (CRF-SP, 2019; CRUZ & SILVA, 2011, VELLOSO, 2007).

O curso de farmácia como parte do currículo da medicina e posteriormente na condição de Escolas anexas às faculdades de medicina tornou-se independente no século XX, com a criação da Universidade do Brasil e o currículo foi sendo moldado ao longo das décadas seguintes (VELLOSO, 2007).

Considerando as informações do Censo da Educação Superior, em 2016 existiam 510 cursos de Farmácia em atividade no Brasil, sendo 42 na região Norte (8,2%), 65 na região Centro-Oeste (12,7%), 99 na região Nordeste (19,4%), 81 na região Sul (15,9%) e 223 na região Sudeste (43,7%). Dentro deste contexto, foi verificado que das 18 Universidade públicas Federais da região Nordeste apenas 13 contemplam o curso de farmácia na região.

Em suma, o presente trabalho tem por objetivo investigar o perfil dos cursos de farmácia das Universidades Federais do Nordeste do Brasil no que se refere aos seus alinhamentos pedagógicos às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) vigentes a partir da avaliação de conformidades das grades curriculares das Universidades Federais nordestinas com as perspectivas de formação farmacêutica das DCNs de 2002 e 2017. Além disso, buscou-se evidenciar o panorama e contribuições da docência farmacêutica à formação conferida pelos cursos de Graduação em Farmácia da região.

2 - OBJETIVO

2.1 Objetivo geral

- Investigar o Perfil dos Cursos de Farmácia das Universidades Federais do Nordeste do Brasil no que se refere aos seus alinhamentos pedagógicos às diretrizes curriculares nacionais vigentes.

2.2 Objetivo específico

- Avaliar as conformidades das grades curriculares das Universidades Federais nordestinas com as perspectivas de formação farmacêutica das DCNs de 2002.
- Avaliar as conformidades das grades curriculares das Universidades Federais nordestinas com as perspectivas de formação farmacêutica das DCNs de 2017.
- Evidenciar o panorama e contribuições da docência farmacêutica à formação conferida pelos cursos de Graduação em Farmácia da região.

3 - METODOLOGIA

O estudo se deu, inicialmente, a partir da pesquisa das Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem o curso de farmácia na região nordeste do Brasil, sendo incluídas no estudo apenas as Federais. Para isso, foram realizadas buscas no cadastro de IES, disponível na “homepage” do Ministério de Educação e Cultura (MEC), e selecionando nos filtros disponíveis apenas o curso (Farmácia) e os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Posteriormente, foram realizadas buscas ativas, na internet, pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de farmácia das instituições encontradas.

Em outro momento, os PPCs foram analisados a partir do levantamento dos componentes curriculares obrigatórios, optativos ou eletivos dispostos na grade do curso e pela classificação destes de acordo com parâmetros desenvolvidos pelos autores. Tais parâmetros foram divididos em “Quatro Grandes áreas” (componentes inespecíficos/básicos, identitários, habilitações e outros) e Eixos Temáticos (Componentes voltados para as áreas de alimentos, análises clínicas, educação, farmácia, farmácia hospitalar e clínica, farmácia industrial, gestão, PICS – práticas integrativas e complementares –, saúde pública, toxicologia e outras), referentes às

DCNs de 2022 e 2017, respectivamente. Assim, as ementas conduziram a classificação dos componentes curriculares.

Além disso, verificou-se através dos PPCs e do site das instituições o quantitativo de docentes pertencentes a cada universidade. Destes, foram incluídos no estudo apenas os que possuíam graduação em farmácia e considerados o ano de graduação, ano de doutorado e a existência de especialização na área de educação, de acordo com o currículo lattes disponível na plataforma CNPq.

Isto posto, os dados foram compilados em planilhas no programa Excel a fim de obter o quadro geral das universidades. Desta forma, a condução da análise dos dados encontrados baseou-se nas médias dos parâmetros considerados no estudo.

4 - RESULTADOS

Considerando as informações do Censo da Educação Superior, em 2016 existiam 510 cursos de Farmácia em atividade no Brasil, sendo 42 na região Norte (8,2%), 65 na região Centro-Oeste (12,7%), 99 na região Nordeste (19,4%), 81 na região Sul (15,9%) e 223 na região Sudeste (43,7%). Dentro deste contexto, foi verificado que das 18 Universidade públicas Federais da região Nordeste apenas 13 contemplam o curso de farmácia.

Após as buscas foram identificadas 13 (treze) IES federais que possuem o curso de farmácia ativo nos estados do nordeste do Brasil, sendo estas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os campus de Ondina e Vitória da Conquista da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o campus de Lagarto e São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Considerando a grade curricular dos cursos pelos parâmetros destinados as “Quatro Grandes áreas”, Gráfico 1, a maior parte dos componentes curriculares são disciplinas que não possuem relação direta com o curso, seguidas de disciplinas exclusivas da prática farmacêutica e no que compete as habilitações, componentes das áreas de análises clínicas, Indústria e Toxicologia, representam em média 1005 horas do total do curso. Já em uma análise individualizada as Universidades UFCG e UFS (campus lagarto) conforme a tabela 1 apresentaram resultados abaixo da média na quantidade de horas destinadas a componentes curriculares Identitários com 975 e 840 horas, respectivamente.

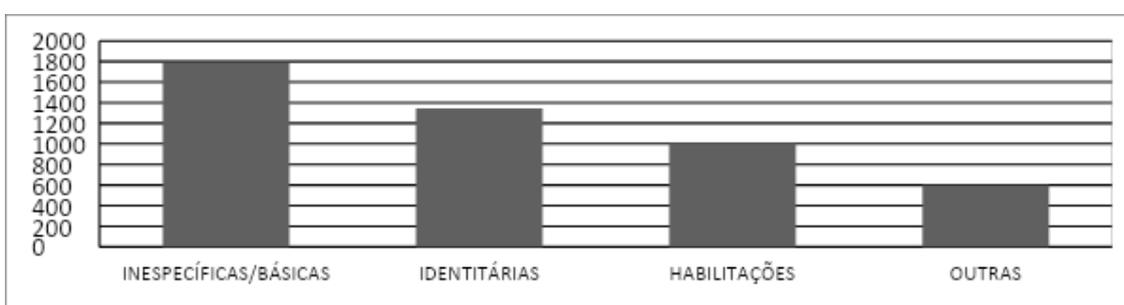


Gráfico 1- Média da Carga Horária das Universidades destinadas aos componentes curriculares das “Quatro Grandes Áreas”

Fonte: Elaborado pelos autores

No que se refere aos eixos temáticos, Gráfico 2, os resultados demonstraram que em média, os componentes curriculares que representam a maior parte da carga horária são aqueles gerais que não se enquadram em áreas de atuação, seguido de componentes próprios da farmácia. Destacam-se os componentes voltados para a educação que representam a menor parte do currículo, em média seis horas.

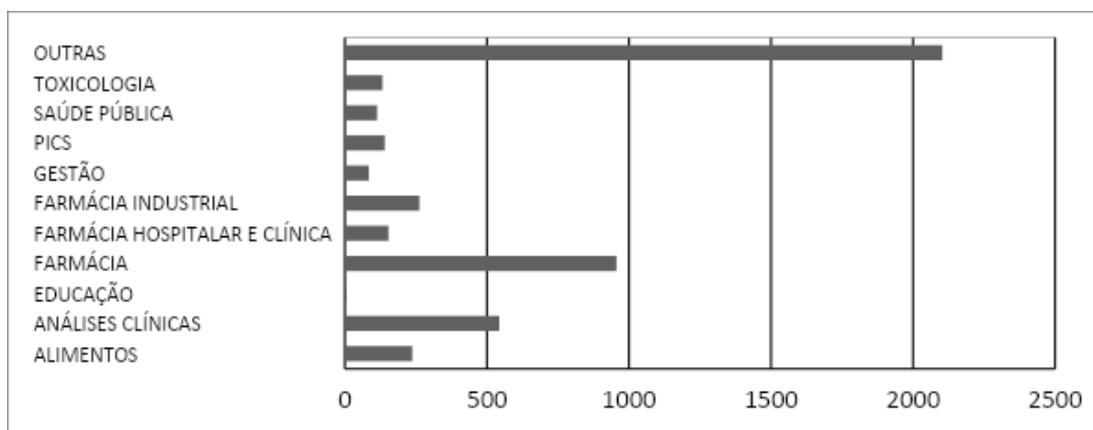


Gráfico 2 - Média da Carga Horária das Universidades destinadas aos componentes curriculares dos eixos temáticos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Os gráficos 3 e 4 correspondem a carga horária dos componentes curriculares obrigatórios para as “Quatro grandes áreas” e para os eixos temáticos, respectivamente. Nesse sentido, assim como observado nos dados que consideram o total, a maior parte dos componentes curriculares se enquadra em inespecíficos, seguido de componentes específicos. No entanto, é observada uma diminuição na média dos componentes Inespecíficos/básicos e aumento na média dos identitários. Já no gráfico 4 é possível constatar que nenhuma das universidades têm componentes do eixo da educação como obrigatórios e àqueles voltados para as PICs se apresentam acima da média (60horas) na UFOB (180horas), UFMA (150 horas) e UFS (150 horas), campus lagarto.

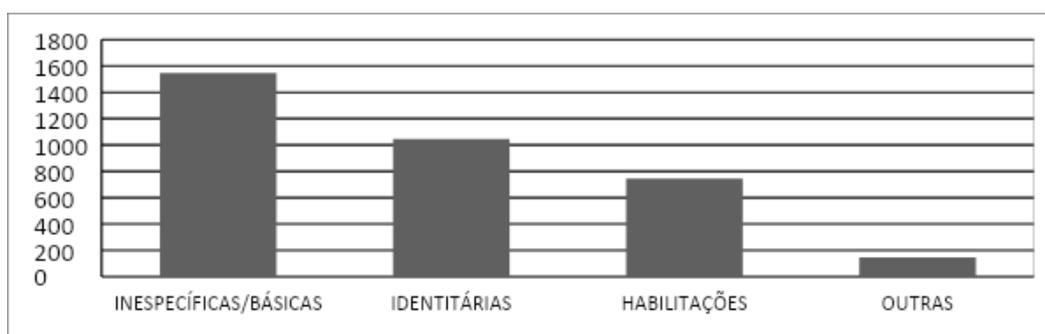


Gráfico 3 - Média da Carga Horária dos componentes curriculares obrigatórios das “Quatro Grandes Áreas”.

Fonte: Elaborado pelos autores

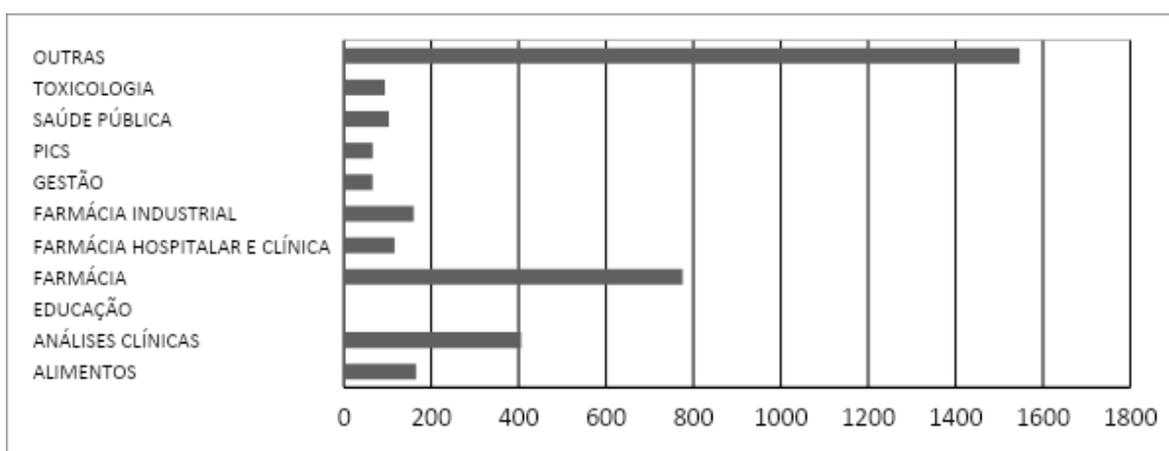


Gráfico 4- Média da Carga Horária dos componentes curriculares dos eixos temáticos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto a carga horária de componentes curriculares optativos ou eletivos que correspondem aos parâmetros considerados pelos autores, os gráficos 5 e 6

demonstram que a maior parte dos componentes ofertados para as “Quatro grandes áreas” são aqueles que não têm relação direta com o curso, mas, há um aumento dos identitários e habilitações, exceto na UNILAB que não possui nenhuma carga horária voltada para os parâmetros em questão. Para os eixos temáticos destacam-se os eixos de alimentos e análises clínicas e farmácia industrial, onde a UFBA, campus Ondina, apresentou resultados acima da média (510 horas, 306 horas, 272 horas, respectivamente)

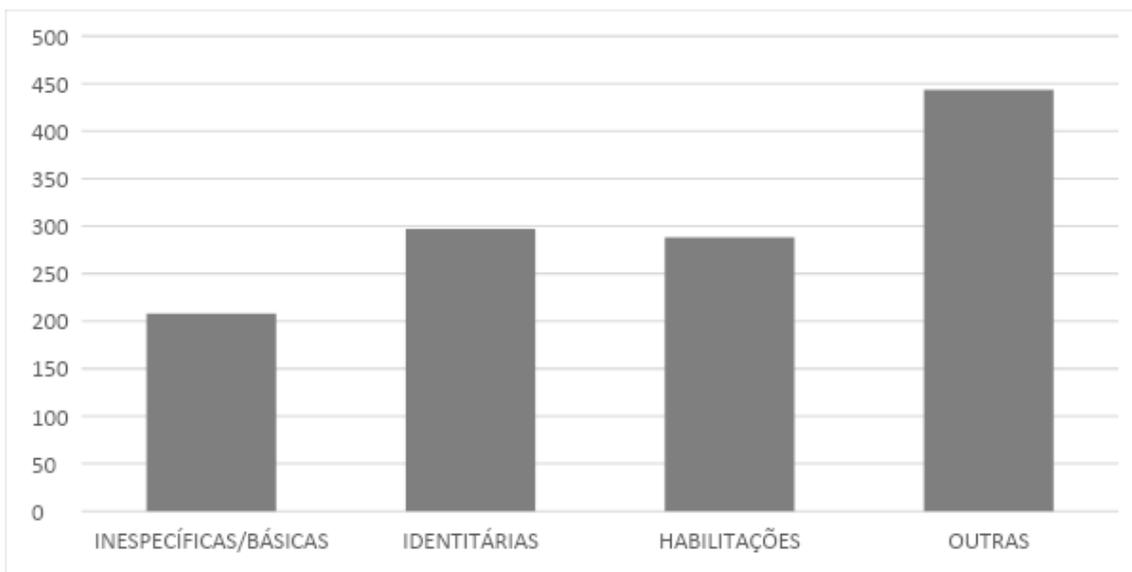


Gráfico 5- Média da Carga Horária dos componentes curriculares optativos ou eletivos das “Quatro Grandes Áreas”.

Fonte: Elaborado pelos autores

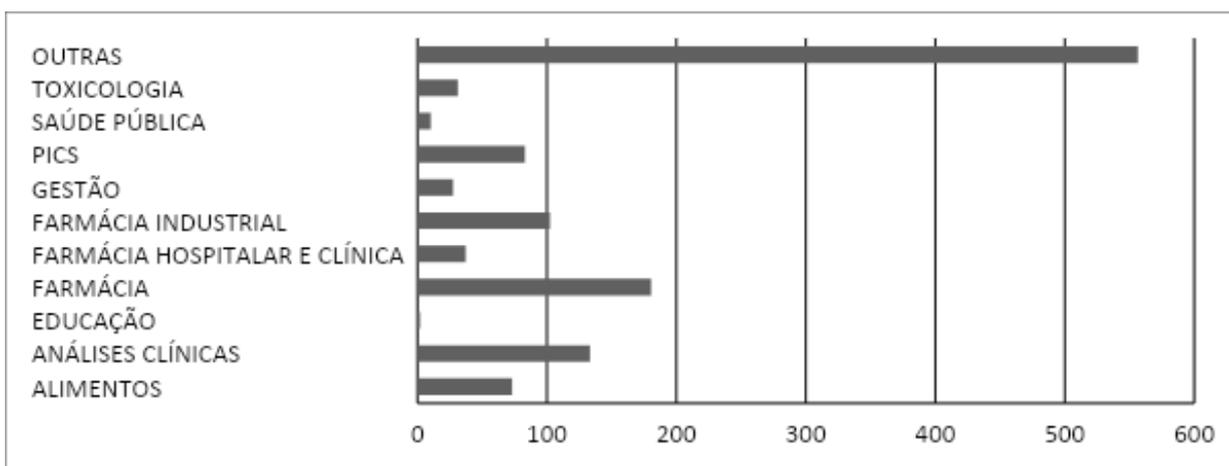


Gráfico 6- Média da Carga Horária dos componentes curriculares optativos ou eletivos dos eixos temáticos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação aos professores, as IES federais que possuem cursos de farmácia na região nordeste contam com 303 docentes com graduação em farmácia, destes a

maioria formou entre os anos de 2001 a 2011 (139 docentes), seguido de 93 entre os anos de 1990 a 2000 e 14 entre os anos de 1968 a 1978, conforme apresentado no gráfico 7.

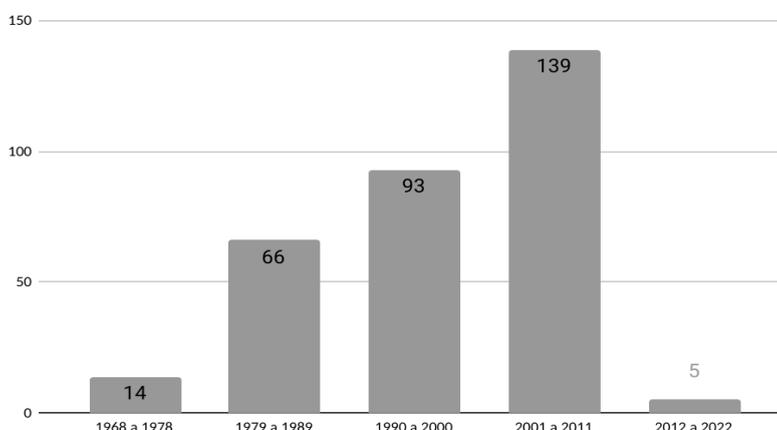


Gráfico 7- Ano de Graduação dos Docentes vinculados às universidades estudadas

O gráfico 8 apresenta os resultados do ano em que os docentes cursaram o doutorado, têm-se então que a maior porção, 149 profissionais, cursaram doutorado entre os anos de 2001 a 2011, 99 entre os anos de 2012 a 2022, 42 entre 1979 e 1989 e 4 docentes entre 1990 a 1989.

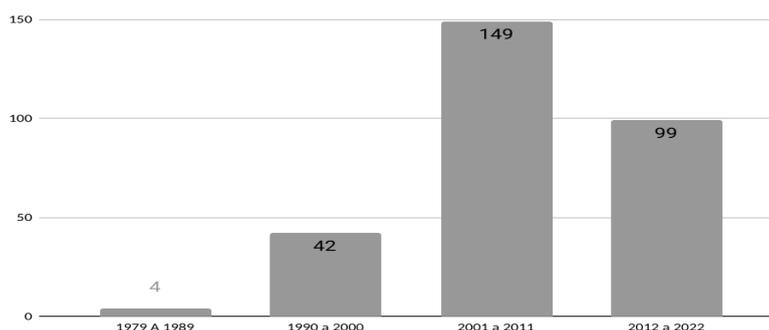


Gráfico 8- Ano de doutorado dos docentes vinculados às universidades estudadas

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda com relação à formação dos docentes, no que compete à especialização no âmbito da educação, constatou-se que apenas 3,8% (12 docentes) possuíam especialização na área, enquanto 96,2% dos profissionais não dispunham do título, como é observado no gráfico 9.

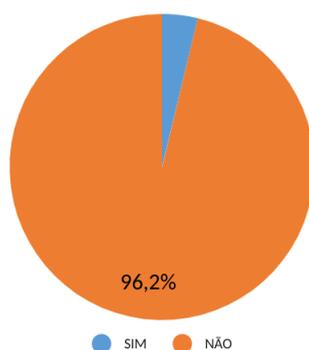


Gráfico 9- Porcentagem de docentes vinculados às universidades estudadas que possuem especialização no âmbito da educação

Fonte: Elaborado pelos autores

5 - DISCUSSÃO

O Brasil em sua grande extensão territorial, possui particularidades regionais – sejam elas econômicas ou de cunho social – que implicaram em diferentes configurações de educação superior e no desenvolvimento mais centralizado na região Sudeste (fato que se contrapôs às condições observadas em localidades do Nordeste, por exemplo). Dessa forma os acontecimentos apontam que, a partir dos anos 70, isso fez com que a demanda de ensino nesses territórios se mostrasse mais concentrada no âmbito das universidades federais (SAMPAIO, 1991; DURHAM, 2003).

Ainda em concordância com essa linha histórica, em 1963 foi estabelecido o currículo mínimo para farmacêutico e em 1969, acompanhando os avanços internos e externos à profissão, a reforma universitária dividiu os currículos em Farmacêutico-bioquímico e Farmacêutico Industrial. Os últimos marcos importantes foram a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) em 2002 e as alterações publicadas em 2017 (CRF-SP, 2019; CRUZ & SILVA, 2011).

As DCNs de Graduação em Farmácia instituídas pela Resolução CNE/CES 2 de 2002, representaram um ponto de transição dos moldes tecnicistas para uma conjuntura de habilidades e competências generalistas e humanizadas necessárias à abordagem no

âmbito das profissões da área da saúde, de maneira que a formação deveria “contemplar as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS)” (p. 3, Artigo 5º, Parágrafo único, Resolução CNE/CES 2, 2002). Com efeito, essa configuração tomou forma a passos lentos e revelou certa resistência às adequações necessárias, que perduram até a realidade mais recente (CRUZ & SILVA, 2011).

Sob essa perspectiva, quando analisamos os quadros gerais de organização dos componentes curriculares ofertados pelas universidades federais do Nordeste, é possível observar que de modo geral há uma tendência elevada da disposição de componentes curriculares voltados ao conhecimento de base que é comum aos profissionais da saúde como um todo e/ou àquele que não se enquadra nas classificações “identitárias” e “habilitações”. Essas características são também expressas nos componentes obrigatórios avaliados isoladamente e se modificam ligeiramente no quadro de optativas ou eletivas com aumento das cargas horárias destinadas às “Habilitações” e “Identitárias” em algumas universidades. Dessa forma a Graduação em Farmácia na região, evidencia que, aos estudantes são conferidas abordagens de base sendo necessária a seleção de áreas mais particulares da profissão – a partir da iniciativa pessoal dos mesmos – em relação ao plano de formação almejado.

No que se refere as DCNs de 2017, a mesma determina que: “para contemplar o perfil do egresso, a formação deve estar estruturada nos seguintes eixos: I - Cuidado em Saúde; II - Tecnologia e Inovação em Saúde; III - Gestão em Saúde” (Artigo 5º, Resolução nº 6, 2017). Nesse sentido, o documento descreve temáticas de atuação farmacêutica relativas à educação, indústria, gestão, saúde pública e demais áreas que embasaram as divisões estabelecidas durante o processo de investigação já descrito. Com efeito, a sondagem realizada a partir dessa ótica, evidenciou que a propensão de carga horária se desenvolve de maneira decrescente em: “Outras”, “Farmácia”,

“Análises Clínicas”, “Farmácia Industrial”, “Alimentos”, “Farmácia Hospitalar”, “PICs (Práticas Integrativas e Complementares)”, “Toxicologia”, “Saúde Pública”, “Gestão” e “Educação”, onde frequentemente se mostraram ausentes componentes voltados às três últimas classificações indicadas, sobretudo da educação onde somente duas instituições alocaram componentes ao segmento. Algo que deve ser pontuado é o fato de que as PICs, apesar de serem exploradas por componentes obrigatórios das grades, são mais ofertadas como optativas ou eletivas (já que apenas uma de todas as instituições não disponibiliza aulas nessa seção, sendo ela a UNILAB).

Pode-se inferir então que a formação no Nordeste ainda retrata um quadro que se estrutura em padrão mais tradicional, que deixa lacunas e não atende suficientemente às exigências de habilidades e competências apontadas pelas DCNs como necessárias ao perfil generalista esperado. A graduação, por si só, não permite que o egresso tenha arcabouço teórico-prático em determinados campos de atuação da profissão farmacêutica. Aliado a isso, os profissionais farmacêuticos que exercem docência nessas universidades, apesar de apresentarem qualificações elevadas e reunirem-se majoritariamente em espaço de tempo recente de formação, também não expressam capacitação em âmbito pedagógico. Tal achado reforça os apontamentos de que a docência farmacêutica no campo universitário é um ambiente desafiador e que exige sim conhecimentos específicos do campo de atuação evidenciado pela carreira acadêmica, mas também requer conhecimentos da área pedagógica que, por muitas vezes, são desconsiderados por se ter em mente que “somente experiência em sua área de atuação e domínio dos conteúdos específicos da disciplina a ser ministrada e desenvolvida com os (as) discentes” (p. 23, BENTO, 2020), suprem as ausências existentes na graduação.

6 - CONCLUSÃO

A profissão farmacêutica passou por inúmeras transformações que moldaram seus profissionais e conseqüentemente o currículo. Tendo em mente esses processos de

modificações o estudo conseguiu delinear o Perfil dos Cursos de Farmácia das Universidades Federais do Nordeste do Brasil, bem como avaliar e refletir esses dados por meio dos PPCs dos cursos sob a ótica das DCNs (2002 e 2017).

Nesse sentido, o estudo possui relevância considerável ao avaliar que existem alinhamentos pontuais entre as DCNs e os PPCs, mas, que algumas universidades se mostram abaixo da média, sobretudo no que tange às recomendações mais recentes propostas nas DCNs de 2017. Dessa forma, o estudo proporciona uma reflexão acerca da importância de construir PPCs que abarquem as recomendações vigentes, proporcionando uma formação pautada em princípios éticos e científicos, mas, também capacitando profissionais para atuar nos diferentes campos que envolvem a profissão Farmacêutica.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cecília de Camargo et al. Docência universitária: **Pensando a Prática pedagógica do (a) professor (a) farmacêutico (a)**. Dissertação – Universidade Federal de Uberlândia. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, Departamento de Apoio Técnico e Educação Permanente, Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar. **A Profissão Farmacêutica**. 2ª ed. , 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, n. 151-204, p. 15, 2000.

CRUZ, P.C.; SILVA, I.F.O. **Ensino Farmacêutico: Trajetória, reflexões e perspectivas para a formação do farmacêutico**, Anais do I seminário sobre docência universitária, Universidade Estadual de Goiás, 2011.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. **São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon; SILVA FILHO, Roberto Lobo; COELHO, Rooney RA. Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. **Estudos Avançados**, v. 35, p. 153-186, 2021.

TACHIBANA, Thiago Yudi; MENEZES FILHO, Naercio Aquino; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Ensino superior no Brasil. **INSPER Policy Paper**, v. 14, 2015.

VELLOSO, V.P.; Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): **práticas e saberes**. **FIOCRUZ**, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2007.

DURHAM, Eunice Ribeiro et al. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. 2003.